

Resumo e Encaminhamentos da 16ª Reunião Gaepe Arquipélago do Marajó

Título: 16ª Reunião Ordinária (2ª de 2025) – Gaepe Arquipélago do Marajó

Data: 13 de agosto de 2025.

Hora: Início às 10h.

Término: 14h

Local: Sala Virtual (Plataforma de Videoconferência).

1. Abertura e Protocolos Iniciais

A abertura dos trabalhos foi conduzida por **Rejane Santos** (TCM-PA), que atuou na organização logística e protocolar do encontro. Em conformidade com a **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**, Rejane Santos solicitou formalmente a autorização de todos os presentes para a gravação da reunião e o uso das imagens e áudios para fins exclusivos de documentação e registro administrativo do Gaepe Marajó, recebendo o assentimento dos participantes.

Na sequência, a **Conselheira Ann Pontes** (TCM-PA) proferiu as palavras de boas-vindas. Em sua fala, destacou a relevância da continuidade dos trabalhos do gabinete para a garantia do direito à educação nas áreas remotas e agradeceu o empenho interinstitucional. A Conselheira reforçou o compromisso do Tribunal de Contas dos Municípios com o assessoramento técnico e a fiscalização propositiva.

2. Informes Iniciais e Objetivos da Reunião

A mediadora **Tatiana Bello** (Instituto Articule) apresentou os informes iniciais e a justificativa de alteração da pauta:

- **Admissão de novos membros:** Boas-vindas à Dra. Erika de Andrade (Defensoria Pública do Estado) e Dra. Ana Luiza Melo Leal.
- **Alteração de Pauta:** O tópico sobre "Energia e Conectividade" (com representantes do MEC e MME) foi reagendado para a reunião de 10 de setembro de 2025, devido a conflitos de agenda ministerial.
- **Atualizações Normativas:** Menção ao Decreto 12.574/2025 (Política Nacional da Primeira Infância) e à Resolução 15/2025 do MEC (Condicionalidades do VAAR/FUNDEB).
- **Objetivos:** Coordenar a expansão da Educação Infantil, regularizar o PDDE e monitorar a repactuação de obras escolares inacabadas.

3. Objetivos da Reunião

A reunião teve como propósito central coordenar ações intersetoriais para a melhoria da educação no Arquipélago do Marajó, com foco em:

- Apresentar diagnósticos e ferramentas para a expansão qualificada da Educação Infantil.

- Discutir a regularização do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o acesso a recursos federais.
- Monitorar a repactuação de obras da educação básica paralisadas ou inacabadas na região.

4. Pessoas Envolvidas

A reunião contou com a participação de 52 integrantes, destacando-se:

- **Conselheira Ann Pontes:** Abertura.
- **Tatiana Bello (Instituto Articule):** Mediação e informes gerais.
- **José Maurício (Instituto Articule):** Exposição sobre Educação Infantil.
- **Hercio da Silva Ferreira (UFPA):** Informes sobre formação de professores multisseriados.
- **Fernanda Lucena (FNDE):** Orientações sobre o PDDE e assistência técnica.
- **Yvens Ely Martins Cordeiro (SECAMP Norte/UFPA):** Detalhamento do apoio técnico aos municípios.
- **Rudybert Von Eye (FNDE):** Panorama sobre obras e infraestrutura.
- **Sarah Barral Piñeiro (FNDE):** Esclarecimentos técnicos sobre repactuação de obras.
- **Everaldo Alves (TCM-PA):** Encaminhamentos de fiscalização e governança.

5. Descrição da Reunião e Principais Pontos Discutidos

1. Abertura e Informes Gerais

A sessão foi aberta com a justificativa de ausência da Conselheira Mara (TCM-PA), em virtude de evento externo sobre a Primeira Infância. Tatiana Bello comunicou a alteração na pauta original: o tema "Energia e Conectividade" foi adiado para 10 de setembro devido à ausência de representantes ministeriais. Foram destacados novos normativos, como o Decreto 12.574/2025 (Política Nacional Integrada da Primeira Infância) e a Resolução 15/2025 (condicionalidades do VAAR/FUNDEB).

2. Formação Continuada (Turmas Multisseriadas)

O professor **Hercio da Silva Ferreira** (UFPA/FORMAR Marajó) iniciou sua exposição saudando os conselheiros, auditores e as representações do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Articule. Ressaltou que o curso de formação continuada para docentes que atuam em turmas multisseriadas é fruto de uma articulação direta do Gaepe Marajó com o financiamento da Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC).

3. Diagnóstico da 1ª Etapa:

O palestrante informou o encerramento da primeira etapa do curso, que abrangeu os 18 municípios do arquipélago. Classificou a fase como um "sucesso total", alcançando a marca de 550 certificações (superando a meta inicial de 540). Resta apenas a entrega formal dos certificados no município de Melgaço para a conclusão integral deste ciclo.

3.1 Desafios para a 2ª Etapa e Cumprimento de Metas:

O Sr. Hercio Ferreira demonstrou preocupação quanto ao cronograma de 2025. Explicou que, devido a atrasos no início do projeto em 2024, há a necessidade premente de realizar duas turmas no corrente ano para viabilizar o cumprimento das metas previstas até dezembro de 2026.

- **Ponto Crítico:** Foi reportada a ausência de resposta oficial de municípios estratégicos para a nova turma, prevista para iniciar em setembro. Entre os municípios citados com pendência de confirmação estão: **Breves, Muaná, Salvaterra, Limoeiro do Ajuru, Gurupá e Santa Cruz do Arari.**
- **Manifestação de Preocupação:** O professor ressaltou que, embora tenha havido diálogos informais, a falta de adesão formal compromete a responsabilidade assumida pela UFPA e pelo Gaepe perante o MEC.

3.2 Encaminhamentos e Responsabilidades:

Diante da necessidade de ouvir as dificuldades dos gestores municipais e garantir a abertura da segunda turma, o professor sugeriu a mediação do gabinete para um diálogo direto com as secretarias de educação citadas.

- **Responsabilidade:** Ficou definido que o **TCM-PA (Coordenação do Everaldo Alves)**, em conjunto com o **MEC**, articulará uma reunião extraordinária com os representantes de Breves, Muaná, Salvaterra, Limoeiro do Ajuru, Gurupá e Santa Cruz do Arari para tratar especificamente da adesão à segunda etapa da formação.

3.3 Diagnóstico e Retrato da Educação Infantil no Brasil

A exposição técnica foi conduzida por **José Maurício** (Instituto Articule), que apresentou os resultados do levantamento nacional "Retrato da Educação Infantil", destacando dados globais, regionais e recortes específicos do estado do Pará.

3.3.1. Metodologia e Contexto Legal:

O palestrante informou que o levantamento obteve 100% de adesão dos municípios brasileiros, realizado em parceria com o MEC e um Grupo de Trabalho composto por 11 entidades. Ressaltou-se que a iniciativa está alinhada à **Lei 14.851/2024**, que obriga entes federados a dar transparência à demanda por vagas em creches, e à recente decisão do STF sobre a obrigatoriedade constitucional da oferta de vagas.

3.3.2. Diagnóstico do Atendimento em Creches (0 a 3 anos):

- **Idade de Início:** Enquanto a mediana nacional de início do atendimento é de 6 meses, nas regiões **Norte e Nordeste este índice sobe para 18 meses**. No Pará, a tendência segue a regional, com a maioria dos municípios iniciando o atendimento apenas a partir de 1 ano e 6 meses de idade.
- **Fila de Espera no Pará:** O estado registrou 48.582 crianças aguardando vagas. Destacou-se que **16% das redes paraenses não possuem identificação** sobre a existência de filas, o que pode indicar uma demanda reprimida ainda maior.
- **Motivadores da Exclusão:** 88% das redes apontam a falta de vagas físicas como principal motivo da fila. Outros fatores incluem dificuldades de transporte e localização, além de barreiras burocráticas no ato da matrícula.

3.3.3. Governança e Critérios de Prioridade:

José Maurício alertou para a fragilidade na gestão das listas de espera:

- **Gestão de Dados:** 40% das redes brasileiras ainda utilizam listas impressas (papel) para registro de demanda, dificultando o cruzamento de dados e a transparência.
- **Critérios de Acesso:** No Pará, **46% dos municípios declararam possuir critérios de prioridade** (ex: vulnerabilidade socioeconômica, mães solo, risco social). Entretanto, o palestrante reforçou a necessidade de normatização via decretos para garantir a equidade.
- **Transparência:** 28% das redes nacionais não disponibilizam as filas de espera publicamente, contrariando preceitos de controle social.

3.3.4. Diagnóstico da Pré-Escola (4 a 5 anos):

Embora seja uma etapa de matrícula obrigatória e de universalização prevista em lei, os dados revelam gargalos críticos na região:

- **Desconhecimento da Demanda:** Na região Norte, **28% dos municípios não sabem identificar** se há crianças fora da pré-escola.
- **Déficit de Universalização:** 20% das redes da região Norte confirmaram a existência de crianças fora da escola nesta faixa etária.

3.3.5. Recomendação e Próximos Passos:

Foi apresentada a **Manifestação nº 01/2025 do Gaepe Brasil**, que orienta a implementação de critérios objetivos e transparentes para a gestão de filas. O palestrante anunciou, em primeira mão, o lançamento da **Edição 2025 do Retrato da Educação Infantil**, previsto para a semana subsequente à reunião.

- **Responsabilidade:** O **Instituto Articule** disponibilizará a ficha técnica e o Guia de Expansão Qualificada a todos os membros do Gaepe Marajó. Os municípios deverão utilizar os dados para atualizar seus planos de expansão de vagas, em conformidade com a cooperação federativa prevista na Lei 14.851/2024.

4. Acesso a Recursos Federais: Regularização do PDDE

A exposição técnica sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) foi conduzida por **Fernanda Lucena**, Coordenadora-Geral do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A fala concentrou-se no papel institucional da autarquia, nos diagnósticos de inadimplência no Marajó e nas estratégias para a regularização dos repasses.

4.1. Papel Institucional e Orçamentário do FNDE:

A palestrante destacou que o FNDE atua como executor das políticas do Ministério da Educação (MEC), prestando assistência financeira e técnica. Informou que o orçamento da autarquia para 2025 é de aproximadamente **R\$ 105 bilhões**, abrangendo programas como PNAE, PNATE, PDDE, PNLD e o Pacto Nacional pela Retomada de Obras.

4.2. Diretrizes e Abrangência do PDDE:

- **Objetivo:** Financiar a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas, fomentando a autogestão e a participação da comunidade escolar.
- **Público-Alvo:** Escolas públicas de educação básica, educação especial e escolas privadas conveniadas (APAEs e Pestalozzis). Para 2025, está em fase de regulamentação o repasse para polos presenciais da Universidade Aberta do Brasil (UAB).
- **Cálculo de Repasse:** Baseia-se em um valor fixo por escola e um valor *per capita* por aluno. Fernanda Lucena ressaltou que, em 2024, houve um **reajuste significativo (três vezes superior)** para unidades rurais, indígenas e quilombolas, visando atender à realidade de regiões como o Marajó.

4.3. Diagnóstico Crítico no Arquipélago do Marajó (Exercício 2025):

A Coordenadora apresentou dados específicos da região, revelando um cenário que exige intervenção imediata:

- **Previsão de Repasse:** Mais de R\$ 5 milhões destinados a atender aproximadamente 165 mil alunos em cerca de 1.000 unidades escolares.
- **Unidades Executoras (UEX):** Existem **127 escolas sem unidades executoras constituídas** e outras **52 inadimplentes** com a prestação de contas.
- **Suspensões Ativas:** Foram identificadas **290 suspensões** que impedem o recebimento de recursos em 2025. Os principais motivos são: CNPJ inválido, ausência de UEx constituída, inadimplência na prestação de contas e falta de atualização cadastral de dirigentes (mandatos vencidos ou não registrados no PDDE Web).
- **Recursos Parados:** Há cerca de **R\$ 7 milhões em saldos nas contas** das escolas que não foram integralmente utilizados ou regularizados.

4.4. Prazo Peremptório para Regularização:

Fernanda Lucena emitiu um alerta sobre o calendário administrativo: a data limite para a regularização de qualquer pendência visando o recebimento de parcelas de 2025 é **31 de outubro**. Após este prazo, as unidades escolares perdem o direito ao recurso do exercício corrente.

4.5. Ferramentas e Assistência Técnica:

- **SECAMP Norte/UFGA:** O FNDE conta com o apoio estratégico da UFGA (Centro Colaborador) para realizar assessoramento presencial e formações técnicas nos municípios marajoaras.
- **PDDE Info:** Recomendou-se o uso do sistema público para consulta de saldos e diagnóstico de suspensões por escola.
- **Resoluções "Fácil e Rápida":** A palestrante classificou a constituição de UEx e a atualização de dirigentes como problemas de baixa complexidade, cuja resolução depende apenas da proatividade dos gestores municipais e escolares.

4.6. Encaminhamentos e Responsabilidades:

- **FNDE:** Disponibilizará a planilha detalhada de suspensões por município aos membros do Gaepe.
- **Municípios (Secretarias de Educação):** Realizar a atualização imediata dos cadastros de dirigentes no sistema PDDE Web e regularizar a prestação de contas das 52 unidades inadimplentes antes de 31 de outubro.
- **SECAMP Norte (UFPA):** Intensificar as ações de "chegando junto" no Marajó para prestar apoio técnico direto aos municípios com maiores índices de suspensão.

5. Assistência Técnica e Assessoramento "In Loco": Atuação do SECAMP Norte

A continuidade da pauta sobre o PDDE foi apresentada pelo **Prof. Yvens Ely Martins Cordeiro**, representante do Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (SECAMP Norte/UFPA). A exposição detalhou a metodologia de apoio aos municípios do Marajó e apresentou um diagnóstico do impacto das formações presenciais na região.

5.1. Natureza e Parcerias Estratégicas:

O SECAMP Norte, financiado pelo FNDE, atua como uma unidade de referência para a melhoria dos indicadores educacionais na Região Norte. O palestrante ressaltou que o sucesso das ações no Marajó depende da articulação com parceiros como o **TCM-PA**, a **UNDIME**, a **AMAM** (Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó) e o governo estadual, por meio das Unidades Regionais de Educação (URE).

5.2. Diagnóstico de Atuação no Arquipélago:

- **Capilaridade:** O SECAMP já atuou em **13 dos 16 municípios** do Marajó.
- **Pendências de Atendimento:** Foi registrado que os municípios de **Currálinho, Melgaço e São Sebastião da Boa Vista** ainda não receberam as equipes técnicas, figurando como prioridades no planejamento imediato para 2025.
- **Alcance:** Nos últimos dois anos, foram capacitadas aproximadamente **800 pessoas** (estimando-se alcançar 1.000 com os dados recentes de Gurupá e Salvaterra), abrangendo 281 escolas, incluindo comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas.

5.3. Áreas de Atuação e Metodologia:

O Prof. Yvens enfatizou que a realidade logística do Marajó exige um modelo de **assistência técnica presencial e itinerante ("no chão da escola")**. As principais frentes de trabalho incluem:

- **Formação Continuada:** Capacitação de gestores, conselheiros e tesoureiros sobre as normativas do PDDE Básico e PDDE Equidade.
- **Assessoramento Individualizado:** Atendimento "olho no olho" para resolução de problemas complexos, como abertura de contas, regularização de CNPJ e prestação de contas no sistema BB Gestão Ágil.
- **Gestão do Conhecimento:** Estímulo à formação acadêmica (especialização, mestrado e doutorado) para gestores da região através da UFPA.

5.4. Desafios Identificados: Rotatividade e Inadimplência:

- **Rotatividade de Gestores:** Um dado alarmante revelado foi que **281 cursistas (mais de 35% do total)** tiveram seu primeiro contato com o PDDE durante a formação do SECAMP, evidenciando uma alta rotatividade de pessoal que demanda formações permanentes.
- **Situação Crítica por Município:**
 - **Cachoeira do Arari e Chaves:** Identificados como "Prioridade Zero", pois o número de escolas inadimplentes supera o de escolas com bom rendimento entre as assessoradas.
 - **Portel e Bagre:** Apresentam grandes volumes de escolas, com gargalos específicos em comunidades de difícil acesso (áreas de assentamento e ribeirinhas).

5.5. Encaminhamentos e Responsabilidades:

- **SECAMP Norte (UFPA):** Comprometimento em realizar missões técnicas imediatas aos municípios de Curralinho, Melgaço e São Sebastião da Boa Vista.
- **TCM-PA e AMAM:** Atuar na mobilização dos prefeitos para garantir a logística (transporte e internet) necessária para que os assessores cheguem às escolas mais isoladas.
- **Gestores Municipais:** Divulgar a plataforma de certificação do SECAMP para que os cursistas realizem a avaliação das formações e obtenham seus certificados validados pelo FNDE.
- **Ação Integrada:** Everaldo Alves (TCM-PA) e Prof. Yvens realizarão planejamento conjunto para focar esforços nas 16 escolas inadimplentes de Portel e nas situações críticas de Cachoeira do Arari e Chaves.

6. Retomada e Repactuação de Obras da Educação Básica

Este tópico foi conduzido por **Rudybert Von Eye**, Coordenador de Monitoramento de Obras, e **Sarah Barral Piñeiro**, técnica da equipe de infraestrutura, ambos representantes do **FNDE**. O foco recaiu sobre o Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação Básica e as especificidades para os municípios do Marajó.

6.1. Panorama das Obras no Marajó:

O Sr. Rudybert apresentou o diagnóstico das obras paralisadas e inacabadas na região, destacando que o estado do Pará possui um volume expressivo de projetos passíveis de retomada.

- **Quantitativo:** Foram identificadas **30 obras no Arquipélago do Marajó** aptas à repactuação.
- **Impacto:** A conclusão dessas obras representa não apenas a eficiência no uso do recurso público já investido, mas a abertura imediata de novas vagas em creches, escolas de ensino fundamental e quadras poliesportivas.

6.2. Orientações Técnicas para a Repactuação:

A Sra. Sarah Piñeiro detalhou os procedimentos necessários para que os municípios não percam o prazo e os recursos federais:

- **Regularização de Terrenos:** Um dos principais entraves apontados pelos gestores do Marajó é a falta de títulos de propriedade. Sarah esclareceu que, com base na **Resolução nº 06/2024**, os municípios podem utilizar a "**Declaração de Posse**" emitida pelo Prefeito para fins de repactuação, eliminando a necessidade imediata da matrícula cartorial para o início do processo de retomada.
- **Laudo de Engenharia:** É imprescindível que as prefeituras enviem laudos técnicos atualizados que comprovem o estado real da obra e o saldo remanescente necessário para a conclusão.

6.3. Monitoramento e Assistência do TCM-PA:

O auditor **Everaldo Alves** (TCM-PA) interveio para reforçar que o Tribunal atuará na cobrança e no apoio técnico aos municípios que ainda não realizaram o "aceite" no sistema do FNDE.

- **Prioridade de Vistoria:** Municípios com maior volume de obras paralisadas, como **Breves, Currealinho e Chaves**, receberão atenção prioritária nas vistorias de acompanhamento da Corte de Contas.

6.4. Encaminhamentos e Responsabilidades:

- **FNDE:** Enviar ao Gaepe Marajó a lista nominal e atualizada das 30 obras, discriminando o estágio de cada uma e as pendências de documentação.
- **Prefeituras Municipais:** Realizar a adesão formal ao Pacto de Retomada no sistema integrador e providenciar a Declaração de Posse para as obras com pendência fundiária.
- **TCM-PA:** Notificar os prefeitos dos municípios com obras passíveis de repactuação que ainda não iniciaram o processo administrativo junto ao FNDE.

7. Encerramento e Validação

A reunião foi finalizada pela mediadora **Tatiana Bello**, que agradeceu a presença da **Conselheira Ann Pontes**, dos representantes do FNDE, UFPA e demais órgãos. Tatiana reafirmou que todos os encaminhamentos, prazos e responsabilidades documentados nesta ata serão monitorados via grupo de governança e formalizados em resoluções do gabinete.

Nada mais sendo discutido, foi encerrada a reunião.